

# CONTRADIÇÕES NA GESTÃO EDUCACIONAL: DISCURSO E PRÁTICA EM UM MUNICÍPIO BAIANO

Beatriz dos Santos Pinheiro Cangussu – UESB  
cangussubsp@gmail.com

Rebeca Oliveira Bispo – UESB  
bispo2616@gmail.com

## Introdução

Os discursos gerencialistas na educação pública têm se intensificado ao longo dos anos, embora suas raízes remontem à reestruturação do Estado nos anos 1990. Nesse contexto, a gestão educacional passou a ser influenciada por princípios do setor privado, priorizando a lógica da eficiência e do controle administrativo em detrimento da participação democrática. Este estudo integra a dissertação de Mestrado em Educação, ainda em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), intitulada “*Gestão escolar democrática ou gerencialista? O que pensam os gestores de escolas públicas de um município baiano*”, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ennia Débora Passos Braga Pires.

Diante desse cenário, este trabalho analisa as contradições entre o discurso oficial e as práticas de gestão educacional, considerando a influência do conservadorismo político. Além disso, propõe uma reflexão teórica sobre o impacto direto das políticas educacionais, moldadas por esse contexto político, na educação pública municipal.

A relevância deste trabalho está em compreender como as políticas educacionais municipais refletem interesses políticos locais, impactando gestores, professores, estudantes e a comunidade escolar. Apesar do discurso de modernização, observa-se uma precarização do trabalho docente e o enfraquecimento da participação democrática, evidenciado pela contratação temporária e pela expansão de escolas militarizadas.

No município analisado, que fica localizado na região baiana chamada de “Médio Sudoeste”, a administração pública tem sido conduzida pelo mesmo grupo político há três mandatos consecutivos. A ausência de concursos públicos desde 2008 resultou na predominância de vínculos temporários, gerando instabilidade profissional e favorecendo interferências políticas na escolha e permanência dos docentes. Além disso,

há um movimento crescente de militarização das escolas, especialmente em áreas periféricas onde a vulnerabilidade social é mais evidente.

Diante desse panorama, o presente estudo, fundamentado no materialismo histórico-dialético (MHD), busca compreender as relações entre gestão educacional, política local e os impactos dessas práticas na organização da educação municipal. Esse método permite identificar as contradições entre o discurso oficial e as ações concretas, evidenciando como determinadas políticas impactam a estrutura e funcionamento da educação pública. O trabalho, de caráter teórico e reflexivo, baseia-se em referências acadêmicas sobre gerencialismo e gestão democrática, com o objetivo de analisar os rumos da educação municipal.

### **O conservadorismo político e os rumos da gestão escolar no município**

A permanência de grupos políticos conservadores no comando da administração do município estudo impacta diretamente a gestão educacional, imprimindo nela valores que restringem avanços democráticos. Essa influência se estende por diversas esferas da sociedade, refletindo-se em práticas que afetam não apenas a educação, mas também as dinâmicas sociais, econômicas e culturais. A presença marcante da moral religiosa, especialmente sob a ótica cristã, molda decisões políticas e sociais, interferindo diretamente nas diretrizes educacionais.

No contexto escolar, essa orientação conservadora se manifesta na adoção de diretrizes reacionárias, como a Nova Gestão Pública (NGP), que afeta a educação ao priorizar lógicas gerencialistas e afasta o debate pedagógico das reais necessidades da comunidade escolar. A falta de concursos públicos desde 2008 e a manutenção de contratos temporários fragilizam a estabilidade docente e aumentam a vulnerabilidade às interferências políticas. Paralelamente, a militarização de escolas municipais, especialmente em áreas periféricas, impõe um modelo disciplinar que limita o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes e reduz espaços de participação da comunidade na gestão escolar.

O conservadorismo também se reflete na disseminação de desinformação. Miranda (2022, p. 137) identificou, em sua pesquisa sobre o “Escola Sem Partido” no Plano Municipal de Educação, a circulação de áudios entre moradores acusando a prefeitura de tentar impor a “ideologia de gênero” nas escolas. Essas falácias alimentam

o medo e distorcem o papel da educação, promovendo um ambiente de desconfiança em relação à atuação docente. O estudo ainda aponta a presença de discursos conspiratórios, resistência à diversidade e desqualificação dos professores, elementos característicos do movimento Escola Sem Partido, que contribuem para a precarização do trabalho docente e o cerceamento da autonomia pedagógica.

A tentativa de deslegitimar as instituições públicas de ensino superior, como o Instituto Federal Baiano (IF Baiano) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), é outro reflexo desse conservadorismo. Muitos residentes da cidade questionam a legitimidade desses espaços sob a crença de que professores “doutrinam” os alunos. Essa percepção, sustentada por discursos extremistas, desestimula a formação crítica e reforça uma visão distorcida sobre o papel da educação pública.

O fortalecimento do neofascismo no país, impulsionado pela ascensão da extrema-direita, intensificou esses cenários, tornando os professores alvos constantes de ataques e descredibilização. A propagação de discursos falaciosos desvia a atenção dos reais desafios da educação, comprometendo a autonomia docente e restringindo a liberdade pedagógica (Miranda; Pires; Silva, 2024). Ao mesmo tempo, o discurso gerencialista, que propõe a melhoria educacional com base na eficiência e no cumprimento de metas, impõe uma lógica mercantilista à educação, desconsiderando seu papel social e formativo. Ravitch (2011) critica a influência do mercado na educação pública, alertando para as consequências dessa abordagem. Ela destaca que a pressão por resultados e a ênfase excessiva em testes comprometem os valores tradicionais e a moral comunitária.

Os principais prejudicados por essas práticas são os professores contratados, que dependem do apoio político do prefeito para manter seus empregos, enfrentando instabilidade, dependência política e falta de autonomia profissional. Os estudantes das escolas militarizadas também sofrem as consequências, sendo submetidos a um modelo disciplinar que inibe sua formação crítica. A comunidade escolar, especialmente as famílias de bairros periféricos, enfrenta dificuldades para participar ativamente das decisões escolares, enquanto os gestores veem sua autonomia administrativa restringida pela centralização política.

Diante desse contexto, a colaboração entre país, escola e comunidade torna-se essencial para fortalecer o ensino e torná-lo mais significativo. A educação deve ser

dinâmica e atenta às realidades sociais, promovendo diversas formas de participação que contribuam para a permanência e o sucesso dos alunos ao longo de sua trajetória escolar (Lück, 2006).

Para alinhar a gestão educacional aos princípios democráticos, é necessário garantir a participação ativa da comunidade escolar e a autonomia dos docentes. Saviani (1994) afirma que a democracia e a educação dependem uma da outra: a democracia precisa da educação para se fortalecer, e a educação depende da democracia para se desenvolver plenamente.

Portanto, a realização de concursos públicos é essencial para garantir a estabilidade e autonomia dos docentes. Políticas educacionais inclusivas devem substituir a militarização, criando ambientes que estimulem o pensamento crítico e a participação dos estudantes. O fortalecimento dos Conselhos Escolares e o maior envolvimento da comunidade na gestão educacional são fundamentais para consolidar a escola como um espaço plural e democrático. Investir na formação continuada de professores e gestores é igualmente necessária para promover uma abordagem pedagógica crítica e comprometida com os princípios democráticos.

### **Considerações finais**

O estudo revela uma contradição entre o discurso de modernização e as práticas adotadas, que reforçam a precarização do trabalho docente e o controle político sobre a escola. A falta de concursos públicos e a ampliação da militarização da educação limitam a autonomia dos professores, restringem a formação crítica dos alunos e reduzem a participação da comunidade escolar nas decisões. Nesse contexto, a defesa de uma gestão verdadeiramente democrática é essencial para que a educação pública cumpra seu papel social, livre de interesses políticos e comprometida com a construção de uma sociedade mais crítica e participativa.

### **Referências**

LÜCK, H. **Gestão Educacional: uma Questão Paradigmática**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Cardenos de gestão – vol. I).

MIRANDA, Hilheno Oliveiral. **O Escola sem Partido e a influência das pautas reacionárias no Plano Municipal de Educação de Itapetinga/BA**. 2022. 186 fs.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* Vitória da Conquista-Bahia, 2022.

MIRANDA, Hilheno Oliveiral; PIRES, Ennia Débora Passos Braga; SILVA, Soane Santos. O neofascismo disputando a educação no Brasil: fascismo como determinante do escola sem partido. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 518–539, 2024. DOI: 10.12957/riae.2024.83593. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/83593>. Acesso em: 14 dez. 2024.

RAVITCH, D. **The death and life of the great American school system: how testing and choice are undermining education**. Rev. ed. New York: Basic Books, 2011.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 1994.